

Universidade de Brasília – UnB  
Faculdade de Ciências da Saúde – FS  
Núcleo de Estudos em Educação e Promoção da Saúde – NESPROM  
Especialização em Educação e Promoção da Saúde

Adequação da Matriz Curricular da Graduação em Nutrição às Diretrizes Curriculares  
Nacionais em uma Instituição de Ensino Superior do Distrito Federal

Adequação da graduação em nutrição  
Adequacy of undergraduate nutrition

Juliana Pontes de Brito<sup>1</sup>  
Esdras Daniel dos Santos Pereira<sup>2</sup>  
Elioenai Dornelles Alves<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Especialista em Educação e Promoção da Saúde pela Universidade de Brasília

<sup>2</sup> Mestrando em Política Social pela Universidade de Brasília

<sup>3</sup> Professor titular do Departamento de Enfermagem da Universidade de Brasília

Juliana Pontes de Brito

Adequação da Matriz Curricular da Graduação em Nutrição às Diretrizes Curriculares Nacionais em uma Instituição de Ensino Superior do Distrito Federal

Adequação da graduação em nutrição  
Adequacy of undergraduate nutrition

Projeto de conclusão de curso<sup>1</sup> apresentado para obtenção de título de especialista em educação e promoção da saúde pelo IV Curso de Especialização em Educação e Promoção da Saúde, ofertado pelo Núcleo de Estudos em Educação e Promoção da Saúde – NESPROM, Universidade de Brasília – UnB.

Co-Orientador: Esdras Daniel dos Santos Pereira

Orientador: Elioenai Dornelles Alves

<sup>1</sup> Projeto formatado Segundo critérios da Revista de Nutrição/ Brazilian Journal of Nutrition

## Resumo

Considerando que os aspectos relacionados à alimentação e nutrição e à reorientação da formação em saúde estão diretamente ligados à qualidade de vida da população, esse estudo objetiva analisar o arcabouço que estrutura o curso de nutrição de uma instituição de ensino superior do Distrito Federal, avaliando a estruturação de sua matriz curricular em relação ao preconizado nas Diretrizes Curriculares Nacionais e no Pró-Saúde. Foram considerados critérios de admissibilidade: instituições que conferissem o grau de bacharelado em nutrição no Distrito Federal, que possuíssem e possibilitassem acesso aos documentos da matriz curricular e que participassem do Pró-Saúde. Utilizou-se para a pesquisa o projeto político pedagógico e as ementas disciplinares do curso, os quais foram avaliados por meio de categorias de análise. Dados demonstraram que a presença de conteúdos específicos preconizados é encontrada durante todo o curso, assim como o perfil e as competências esperadas para os egressos, a possibilidade da flexibilidade curricular e a descrição de alguns métodos de ensino utilizados. Porém, a matriz curricular do curso é frágil em outros aspectos, entre eles, no desenvolvimento de atividades interdisciplinares e práticas nos semestres iniciais e na articulação com programas e políticas públicas, que podem ser entendidos pelo fato da matriz curricular estar passando por transformações e avaliações em curso. Dessa forma, considera-se fundamental a necessidade da reorientação curricular no curso analisado, bem como nos demais cursos de nutrição e a definição do perfil do nutricionista, de modo a fortalecer a categoria profissional e adequá-la aos objetivos e necessidades do SUS.

**Termos de indexação:** Promoção da Saúde; Nutrição; Projeto Político Pedagógico; Diretrizes Curriculares Nacionais; Pró-Saúde.

## Abstract

Whereas aspects related to food and nutrition and to retraining in health training are directly linked to the quality of life, this study analyzes the framework that structures the course of nutrition in a institution of higher education in the Distrito Federal, evaluating the structure of their curricular structure in relation to the recommendations in the National Curriculum Guidelines and in the Pró-Saúde. The criteria were eligibility was: institutions that confer the bachelor's degree in nutrition in the Distrito Federal, which owns and allowing access to documents of the curricular and participate in the Pró-Saúde. Was used for research the educational and political project and the menus of

disciplinary course, which were evaluated by means of categories of analysis. Data showed that the presence of specific content recommended is found throughout the course, as well as the profile and the expected competencies for graduates, the possibility of curricular flexibility and a description of some teaching methods used. However, the curriculum of the course is weak in other ways, among them the development of interdisciplinary activities and practices in the initial and in conjunction with programs and policies, that can be understood because of the curricular going through changes and ongoing assessments. Thus, it is essential the need for reorientation in the course curriculum examined as well as other courses in nutrition and defining the profile of nutritionists in order to strengthen the professional category and make it fit the goals and needs of the SUS.

**Indexing terms:** Health Promotion; Nutrition; Education Program; National Curriculum Guidelines; Pró-Saúde.

## 1. Introdução

A relação entre saúde e qualidade de vida é pesquisada desde o século XVIII, quando ficou demonstrado que a pobreza e más condições de vida, trabalho e nutrição são fatores determinantes para a ocorrência de doenças. Assim, a renda, o grau de escolaridade e as condições de habitação e ambiente passaram a ser considerados *indicadores para classificar o nível de pobreza* e, portanto, *determinantes das condições de vida e bem-estar de uma população*<sup>1</sup>.

A percepção de saúde, bem-estar e qualidade de vida estão relacionadas à *“fatores sociais, econômicos, culturais, étnico-raciais, psicológicos e comportamentais”* do indivíduo e, portanto, *“alteram-se a partir da experiência íntima de cada sujeito”*. Tais determinantes de saúde, conforme afirmam Dahlgren e Whitehead (1991), *“além de sistemáticos e relevantes são evitáveis, injustos e desnecessários”*, interferindo diretamente na situação de saúde de um país<sup>2</sup>.

Desse modo, a concepção de saúde pode ser entendida como a possibilidade de realizar ações que favoreçam a manutenção e a recuperação do equilíbrio entre os diferentes elementos, sejam eles biológicos, psicológicos, e outros. É nesse contexto que os aspectos nutricionais encontram-se ligados às condições sociais e às condições de saúde da população<sup>3, 4, 5</sup>.

A busca pela alimentação e nutrição adequadas afetam diferentes setores da sociedade, já que a interferência da faixa de renda, de acordo com Arruda (2008)<sup>6</sup>, acomete diretamente o consumo alimentar das famílias brasileiras, sendo a maior

parte do orçamento destinado para esse fim. O baixo poder aquisitivo resulta na falta de acesso ao alimento e deficiências alimentares que repercutem em graves carências nutricionais, tais como, desnutrição energético-protéica, hipovitaminoses, déficit de estatura e de desenvolvimento mental, entre outros. Por sua vez, o excesso no consumo alimentar e o aumento no consumo de alimentos industrializados e a baixa ingestão de cereais, leguminosas, frutas e hortaliças, incidem na crescente prevalência das taxas de sobrepeso e obesidade, que ecoam em enfermidades associadas ao aumento do risco de doenças coronarianas degenerativas e maior incidência de câncer de cólon e reto<sup>6, 7, 8, 9</sup>.

Assim, a alimentação e nutrição constituem, desde 1992, *“requisitos básicos para a promoção e a proteção da saúde”*, consideradas como ações que *“possibilitam o potencial de crescimento e desenvolvimento humano, com qualidade de vida e cidadania”*. Partindo desse princípio, em 1999, a Organização das Nações Unidas (ONU), instituiu o direito à alimentação adequada, consagrando que toda pessoa tem o direito de estar livre da fome e da má nutrição<sup>10</sup>.

No Brasil, pesquisas sobre as condições alimentares da população se iniciaram entre as décadas de 30 e 40, dando origem aos cursos para a formação de nutricionistas no país. Porém, foi apenas em 1962 que o Conselho Federal de Educação (CEF) reconheceu o curso como de nível superior, estabeleceu o primeiro currículo mínimo e fixou a duração de 3 anos para a formação de nutricionistas, a nível nacional<sup>11, 12, 13</sup>.

Em meados dos anos 70 observou-se no Brasil um aumento no número de cursos de ensino superior, resultado encontrado também para os cursos de graduação em nutrição. Junto com esse crescimento desordenado dos cursos de formação em saúde, a reforma da estrutura do setor saúde, como resultado da instituição do Sistema Único de Saúde (SUS), novas demandas e novos olhares foram gerados para a graduação, iniciando a discussão para a formação e a educação permanente dos profissionais do SUS<sup>3, 14, 15, 16, 17</sup>.

Com a promulgação da Constituição Federal e a instituição do SUS, o Estado passou a ser o principal responsável por garantir a saúde da população, devendo através de políticas econômicas e sociais, *assegurar acesso “às ações e aos serviços para promoção, proteção e recuperação”* da saúde, obedecendo aos princípios de universalidade, integralidade e igualdade, estando incluída no seu campo de atuação a *“ordenação da formação de recursos humanos na área da saúde”*<sup>18</sup>.

Foram apontados como possíveis contribuintes para as deficiências no processo formativo em saúde o *“despreparo humanístico, vocacional e psicológico do*

*docente e do aluno*”, a quantidade de oferta, a escassez de recursos adequados, a necessidade de revisão dos currículos e projetos políticos pedagógicos e outros<sup>16, 19</sup>.

O projeto político pedagógico (PPP) é um documento definido coletivamente e que guarda a descrição das intenções da escola, ocasionando *“rupturas com o presente e promessas para o futuro”*, sendo assim considerado, pois nele se integram o *“compromisso sociopolítico com os interesses da população”* e as ações relacionadas aos objetivos da escola, principalmente o de *“atuar na formação de cidadãos”*. Por prever ações futuras, o PPP deve ser *“vivenciado por todos os envolvidos com o processo educativo”*, estando em constante discussão e atualização. Além disso, o PPP deve descrever como serão *“a organização do trabalho, o tipo de profissionais que pretende formar, as características do ensino ministrado, a estrutura organizacional, o currículo, o tempo escolar, as formas de avaliação e outras”*<sup>20</sup>.

Compondo a matriz curricular, as ementas disciplinares são documentos que apresentam de forma resumida as idéias gerais que serão abordadas nas disciplinas do curso. Portanto, as ementas enunciam o conjunto de conteúdos a serem abordados, apresentando lógica racional e encadeada de conteúdos que ao término da disciplina conferem competências e habilidades específicas ao exercício profissional ou como parte de habilidades que serão desenvolvidas ao longo das demais disciplinas. Fazem parte da ementa, portanto, informações como o programa da disciplina e a bibliografia recomendada.

As orientações das mudanças curriculares para os cursos de saúde foram discutidas e aprovadas em setembro de 2000, intituladas de Diretrizes Curriculares Nacionais<sup>17</sup>. As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do curso de graduação em nutrição foram instituídas pelo Conselho Nacional de Educação através da Resolução nº 5 CES/CNE, de 7 de novembro de 2001, as quais definem os princípios, fundamentos, condições e procedimentos da formação de nutricionistas<sup>21</sup>.

Além das DCN, com o intuito de cooperar com a qualificação dos trabalhadores em saúde do SUS, o Ministério da Saúde criou, no ano 2003, a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES). Dentre outras, ficou atribuída como responsabilidade da SGTES a formulação e implementação da política de formação e desenvolvimento dos trabalhadores em saúde do Brasil, a qual foi instituída no ano de 2007, por meio da Portaria nº 1.996 GM/MS, intitulada Política Nacional de Educação Permanente em Saúde<sup>22, 23</sup>.

A educação permanente em saúde é utilizada como um *“conceito pedagógico para efetuar relações orgânicas entre ensino e as ações e serviços”*, sendo, de acordo com Motta (2003)<sup>24</sup>, realizada quando o profissional é visto no centro do processo de ensino/aprendizagem, e *“tendo como referência uma estratégia de reestruturação e*

*desenvolvimento dos serviços.” A educação permanente desenvolve-se na aprendizagem e no ensinar do cotidiano das relações de trabalho, e é feita a partir de problemas enfrentados na realidade*<sup>25</sup>.

O Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde), instituído em 2005 pelo Ministério da Saúde e o Ministério da Educação, foi criado com o intuito de fortalecer a educação permanente em saúde, prevendo a aproximação entre as instituições formadoras e o SUS<sup>26</sup>.

No Programa, *“fatores como integralidade das ações, promoção da saúde e prevenção de agravos são contemplados em 3 eixos de formação: orientação teórica, cenário de prática e orientação pedagógica”*, englobando a inserção e a aproximação dos estudantes aos cenários do SUS. A sugestão do Pró-Saúde é de reorientar o conhecimento, de forma a integrar as potencialidades entre a realidade e a teoria, *“tendo o papel indutor de conferir direcionalidade ao processo de mudança curricular, permitindo o alcance progressivo da situação desejada e estimulando a substituição do currículo mínimo pelas DCN”*<sup>26</sup>.

Apesar dessas estratégias, estudos demonstram que a realização das mudanças preconizadas para a saúde vem acontecendo com poucos avanços e que a *“sua incorporação nos currículos formais confronta-se com a rigidez dos modelos curriculares tradicionais”*. Esse resultado também é visto nos cursos de graduação em nutrição, pois, de acordo com Santos e colaboradores (2005)<sup>27</sup>, pesquisas comprovam *“a falta de conexão entre os conhecimentos biológicos e sociais, a teoria e a prática e entre o ciclo básico e o profissionalizante”*.

Nesse contexto e considerando a incorporação das ações de reorientação da composição curricular de forma a contribuir com o desenvolvimento do SUS como estratégia de aperfeiçoamento da qualidade de vida, o presente estudo teve como objetivo identificar as ações e procedimentos descritos no PPP e nas ementas das disciplinas da graduação em nutrição de uma Instituição de Ensino Superior (IES) do Distrito Federal (DF), analisando a estruturação do curso em relação ao preconizado nas DCN e no Pró-Saúde.

## **2. Métodos**

Foram utilizadas técnicas de natureza qualitativa, com abordagem descritiva, tendo como amostra o PPP e as ementas disciplinares do curso de graduação em nutrição das IES do DF contempladas a participar do Pró-Saúde. Definiu-se esse critério de seleção por entendermos a importância desse programa na reorientação da formação em saúde e na consolidação do SUS.

A procura por referências bibliográficas sobre o assunto deu início à pesquisa e visou o detalhamento sobre a situação dos cursos de graduação em nutrição e sua perspectiva histórica e sobre o surgimento do SUS e suas necessidades.

A busca pelas IES selecionadas a participar do Pró-Saúde foi realizada através da Portaria nº 7 SGTES/MS, de 27 de março de 2007<sup>28</sup>, a qual homologa o processo de seleção dos projetos que se candidataram ao programa, disponível na página do programa na internet. Como apenas 1 (uma) instituição do DF foi contemplada à integrar o Pró-Saúde, essa compôs a amostra da pesquisa, representando 14,3% dos cursos de formação em nutrição do local. Dentre outros critérios de admissibilidade a instituição pesquisada deveria conferir o grau de bacharelado em nutrição aos concluintes do curso, ministrar a formação superior na modalidade de educação presencial e possuir e possibilitar o acesso às ementas das disciplinas e ao PPP do curso. A consulta de cadastro da IES selecionada foi realizada através do Sistema e-MEC, disponível na página do Ministério da Educação na internet, no mês de janeiro de 2010. Além do nome da instituição, foram levantadas informações como natureza jurídica, organização acadêmica, endereço, endereço eletrônico, página na internet e telefones.

Posterior a esse momento, a busca às ementas das disciplinas do curso de nutrição foi realizada por meio da página da IES na internet nos meses de janeiro e fevereiro de 2010. Ao longo do currículo são consolidadas 63 (sessenta e três) disciplinas. Infere-se, porém, devido a incongruências nas disciplinas descritas no PPP com as disciplinas que constam na página do curso na internet, que essa estrutura já sofreu alterações desde a revisão do PPP, e que as mesmas não foram atualizadas. Estão disponíveis para consulta na página da internet, 59 (cinquenta e nove) disciplinas e, por isso, acredita-se que essas compõem o atual currículo do curso. Dessa forma, foram avaliadas as ementas das 59 (cinquenta e nove) disciplinas disponíveis no site, correspondendo a 100% das ementas do curso, além da análise ao programa das disciplinas e da bibliografia recomendada para cada disciplina, quando essas estavam disponíveis. Para acesso ao PPP do curso foi realizado contato eletrônico (*e-mail*) com a coordenadora do curso.

Visando facilitar a análise dos documentos e, tendo como base as DCN do curso de graduação em nutrição e as descrições utilizadas pelo Pró-Saúde para o processo de reorientação da formação, utilizou-se o levantamento qualitativo de termos e assuntos recorrentes com a criação de “*categorias de análise*”, metodologia descrita por Pimentel (2001)<sup>29</sup> como facilitadora do processo de trabalho, associada a um “*processo de garimpagem*”. A autora sugere que tal metodologia permite a correta



extração de dados e seu tratamento, podendo ser caracterizada “*como instrumento complementar ou ser o principal meio de concretização do estudo*”.

Dessa forma, as informações foram codificadas em 5 (cinco) categorias, sendo o foco da análise documental o levantamento dos principais pontos de adequação e incongruência das disciplinas e conteúdos do referido curso de nutrição às DCN e ao Pró-Saúde. Em cada categoria foi instituído um conceito em relevância com o assunto, permitindo o início da busca, porém, esses não restringiram a possibilidade de novos termos ou conceitos serem incorporados às categorias, conforme encontrados no decorrer da leitura dos documentos. Foram utilizados, portanto, as seguintes categorias de análise:

(a) Organização curricular: busca a existência da integração básico-clínica no processo curricular da formação, enfatizando a abordagem conforme as “*necessidades de saúde loco - regionais*” integradas aos “*componentes gerenciais do SUS*”. Para facilitar essa organização, é preconizado que o “*cronograma do curso seja ajustado à lógica do serviço*” e que o currículo da graduação interaja com outras modalidades de ensino”. Busca-se ainda a abordagem dos seguintes conteúdos: “*segurança alimentar, atenção dietética, conteúdos sobre estruturação dos sistemas do corpo humano, determinantes sociais do processo saúde-doença, composição e qualidade dos alimentos*”, entre outros<sup>21, 26</sup>.

(b) Perfil e competências gerais e profissionais: assim como os demais profissionais da saúde, espera-se do nutricionista uma abordagem “*generalista, humanista e crítica*”, com capacidade para atuar em equipes multiprofissionais que tenham o objetivo de promover à saúde, com ênfase no SUS. Busca-se nessa categoria evidências que demonstrem que além dessas competências gerais, o nutricionista atue em ações que promovam “*segurança alimentar, atenção dietética e atenção à saúde*”, de acordo com a “*realidade política, econômica, social e cultural*”, buscando soluções com equilíbrio na relação “*custo-efetividade*”. Busca-se, ainda, o estabelecimento de ações que caracterizem o nutricionista como “*gerenciador da força de trabalho, de recursos físicos e recursos materiais*”, tendo a educação permanente presente no seu dia-a-dia. É imprescindível a demonstração do nutricionista sendo capaz de dominar diversas áreas da profissão que “*contribuam para o equilíbrio do estado nutricional*”<sup>21, 26</sup>.

(c) Metodologia de ensino: busca atividades que fomentem uma aprendizagem ativa, oferecendo ao graduando uma abordagem interdisciplinar, que utilizem a metodologia da problematização e estimulem os estudantes a “*aprender-fazendo*”. Para isso, procuram-se evidências de atividades que utilizem o “*aluno como sujeito*” e o “*professor como facilitador*” do ensino, sendo realizadas “*dinâmicas de trabalhos em*

*grupos, capazes de estimular a discussão coletiva e as relações interpessoais*". Ações de "educação permanente" e a oferta de "modalidades de educação à distância", com o uso de metodologias "quali-quantitativa, crítica e reflexiva" são esperadas. De forma geral, o "projeto pedagógico deve contemplar atividades complementares e deve ter o aluno como eixo central"<sup>21, 26</sup>.

(d) Articulação ensino-serviço: procura atividades que fomentem práticas necessárias em serviço ao nutricionista, bem como sua inserção na equipe multidisciplinar preconizada pelo SUS. As recomendações do Pró-Saúde para o desenvolvimento dessas atividades buscam a conexão dos serviços da IES com os serviços de saúde, "utilizando os diversos níveis de atenção" e "promovendo a interação ativa do aluno" desde os semestres iniciais do curso em "atividades extramurais" que "possibilitem a constituição de referência e contra-referência para o SUS". AS DCN garantem o desenvolvimento dessas atividades estipulando a obrigatoriedade de "estágios curriculares sob supervisão docente e de profissionais do serviço, com a carga horária mínima de 20% do total do curso, sendo os estágios distribuídos em 3 áreas de atuação da nutrição"<sup>21, 26</sup>.

(e) Estímulo a pesquisas: investiga o incentivo para a produção de "evidências científicas" na área da nutrição, com enfoque para o fortalecimento do SUS. Considerando o preconizado nas DCN e no Pró-Saúde, as pesquisas devem ser "ajustada à realidade local", levando em conta o "desenvolvimento científico e tecnológico" e devendo priorizar a investigação "em atenção básica" e "na gestão do SUS". A existência de "bolsistas de iniciação científica" deve ser utilizada como estímulo para atividades com esse fim. Enfatiza-se a obrigatoriedade da realização de "trabalhos de conclusão de curso, sob supervisão docente" para o encerramento do curso<sup>21, 26</sup>.

A procura por reflexões entre o preconizado e a realidade esteve presente em todas as categorias de análise. O cruzamento e confronto dos dados foram realizados visando o conhecimento sobre as condições do estudo da nutrição na IES pesquisada e permitindo a compreensão real do assunto proposto.

### 3. Resultados

O curso de formação em nutrição pesquisado foi reconhecido junto ao MEC no ano de 1981 (e-MEC), e caracteriza-se por ser organizado na modalidade de sistema de créditos, "abrangendo um total de 240 (duzentos e quarenta) créditos", na forma seriada semestral com a conclusão prevista em 8 (oito) semestres.

O PPP do curso analisado, intitulado de *“Proposta de alteração curricular do curso de bacharelado em Nutrição”*, é datado de maio de 2006. Conforme esclarecimentos cedidos no momento do fornecimento do documento, *“como em todo processo de implantação de uma nova matriz curricular, o mesmo está passando por uma avaliação “em curso” e por isto pode e deverá sofrer algumas alterações”*.

Constam no estudo de nutrição da IES pesquisada, conforme demonstrado pela busca através das categorias de análise, que a organização curricular, descrita no PPP, visa atender às mudanças que sofreu o curso de nutrição, *“atualizando a formação oferecida” e “tornando-se sincronizada com os desafios do crescimento da área” e com as “evoluções científico-tecnológicas, as transformações do mundo do trabalho, bem como o processo de organização social”*.

A presença de aspectos e conteúdos específicos no currículo é verificada ao longo de todo o curso, sendo abordados conteúdos referentes aos determinantes que influenciam no processo saúde-doença e a interferência da nutrição nesses determinantes, as bases moleculares e celulares e estruturas e funções dos tecidos, sistemas e aparelhos do organismo humano, a nutrição humana, dietética e a terapia nutricional, os processos fisiológicos e nutricionais nos ciclos da vida, a composição e qualidade dos alimentos e a vigilância sanitária e o controle de qualidade dos alimentos, entre outros.

Conforme a análise das ementas disciplinares percebe-se que nos semestres iniciais do curso a busca por *“integrar e relacionar conhecimentos adquiridos”* entre diversas disciplinas é pouco descrito. Porém, com o desenvolvimento de atividades práticas e de estágios curriculares esse afastamento diminui.

Conforme descrito em seu PPP e fortalecido pelas ementas disciplinares, quanto ao perfil e às competências gerais e profissionais do egresso do curso, ressalta-se a expectativa desse atuar em equipes compostas por profissionais de diferentes categorias, tendo uma visão generalista e crítica do processo saúde-doença, de forma a gerar estratégias eficazes e eficientes, considerando diferentes aspectos envolvidos no processo saúde-doença. Espera-se um profissional resolutivo e envolvido na melhora da qualidade de vida, devendo ter *“conhecimentos sobre diferentes áreas de atuação do nutricionista”*, envolvendo ações dos três níveis de atenção. A busca pela educação permanente é esperada para esse profissional, de modo que ele esteja atualizado com as tecnologias envolvidas nos tratamentos como também no processo crítico de ensino-aprendizagem, favorecendo o desenvolvimento de pesquisas de elevado nível.

Quanto à metodologia de ensino, são referenciadas no PPP o uso de paradigmas fundamentados nas relações de *“saber, saber ser, saber fazer e saber*

*conviver*". A *"aprendizagem baseada em realidades e situações concretas"* é permitida, conforme descrito no PPP, pela diversidade dos cenários de práticas, que possibilitam o *"aprender fazendo"*. Outras formas de aprendizagem ativa e de educação permanente são descritas na forma de habilidades e competências, sendo elas: a perspectiva de utilizar os conhecimentos técnicos para atuar nas diferentes situações do dia-a-dia do trabalho, *"atualizar-se e desenvolver senso crítico e sócio-político"* e, o estudante *"se perceber como construtor de conhecimentos"*.

O PPP descreve a *"flexibilidade curricular"*, permitida por meio de conteúdos e disciplinas opcionais, como uma possibilidade do estudante participar *"na definição dos seus estudos, de acordo com sua área de interesse"*. Respeitando o preconizado nas DCN, o PPP prevê como atividades complementares ao currículo: o desenvolvimento de estágios extracurriculares, a participação em congressos ou outros cursos de atualização, a apresentação de pôster com publicação de resumo em anais, a publicação de artigos científicos e a participação em projetos de extensão.

A busca pela metodologia de ensino a partir da análise das ementas demonstra que algumas disciplinas apresentam relatos da ocorrência de aulas práticas e expositivas, com o desenvolvimento de trabalhos em grupos, sendo que algumas vezes *"os alunos interferem na escolha dos temas que serão abordados"*. A partir do quarto semestre do curso é descrito na ementa de uma disciplina que *"a proposta pedagógica busca evidenciar um modelo de saúde, ainda em construção, a partir da vivência articulada dos alunos na realidade local"*. Apenas uma disciplina descreve a utilização da *"dinâmica centrada no estudante, onde através do diálogo e do questionamento procura-se despertar o interesse do aluno pelo assunto criando situações que provoquem o debate e favoreçam a troca de informações"*. A abordagem temática das disciplinas desenvolvidas no final do curso possibilita a interação de diversas atividades do nutricionista e de diferentes disciplinas, integrando a prática com a teoria.

A articulação ensino-serviço está prevista no PPP do curso em diversos momentos. Destaca-se a busca por um ensino de *"natureza multidisciplinar"*, promovendo a capacidade do estudante *"interagir e articular com outros profissionais da saúde e com a comunidade"* e, portanto, *"atuar em equipes multiprofissionais de saúde"*. Nessa abordagem, também é encontrado enfoque à *"complexidade do processo de organização dos serviços de saúde, respeitando a hierarquia de conhecimento e a organização do SUS nos diversos níveis de atenção"*.

Percebe-se que o curso de nutrição da IES pesquisada respeita o preconizado nas DCN, garantindo os 20% da carga horária total do curso para o desenvolvimento de estágios, já que das 3.600 horas que compõem o curso, 720 horas são reservadas

para o desenvolvimento do estágio curricular supervisionado, que é realizado em 4 (quatro) disciplinas. No penúltimo semestre do curso, esse estágio é distribuído nas três áreas de atuação do nutricionista estipuladas pelas DCN, a saber, nutrição em saúde pública (equivalente à nutrição social), gestão de produção de refeições (equivalente à nutrição em unidades de alimentação e nutrição) e nutrição clínica. A complementação do estágio ocorre no último semestre, quando o estudante escolhe outro campo de atuação qualquer do profissional em nutrição para atuar.

As disciplinas recomendadas para os primeiros semestres do curso não prevêm em suas ementas a participação dos estudantes em atividades extramurais. Em algumas ementas constam a existência de seminários e aulas práticas, porém nenhuma delas coloca o estudante em contato direto com a sociedade e com o cenário de práticas do SUS. A articulação ensino-serviço, porém, é demonstrada nas ementas disciplinares a partir do terceiro semestre do curso, quando as mesmas relatam a ocorrência de aulas práticas *“ministrada em ambulatório de centros da saúde ou em comunidades”* e há previsão de *“visitas ao lactário e ao restaurante industrial”*. É a partir do quarto semestre que a articulação ensino-serviço se apresenta estruturada, sendo relatada nas ementas disciplinares a preocupação em se abordar *“durante a prática assistencial”* a *“realidade em que vivem”* os pacientes, e a utilização da associação entre os *“conhecimentos teóricos e práticos no campo da saúde e nutrição”*, sem citar, porém, como será realizada essa associação. Entretanto, a disciplina que mais chama a atenção nesse semestre *“tem como principal característica o fato de introduzir os alunos nas profissões de saúde”*, sendo descrita a parceria entre a IES e a Secretaria de Saúde do DF. São enfocados nessa disciplina assuntos como *“definição de políticas públicas, a organização de serviços de saúde nos seus diversos níveis de complexidade e a formação de profissionais de saúde para dar respostas às crescentes demandas sanitárias do país”*. No sexto semestre uma das disciplinas coloca o aluno em contato com a comunidade para a caracterização das condições fisiológicas durante os ciclos da vida e outra disciplina *“envolve atividade prática, conduzida sob a forma de estágio”*, para o atendimento em ambulatórios e no hospital universitário. Já no sétimo semestre, os estudantes entram em contato direto com diferentes cenários de práticas, realizando atividades que fazem parte da rotina do nutricionista. São citados como cenários de práticas: hospitais, ambulatórios, empresas públicas e privadas que possuem cozinha industrial, escolas, serviços de assistência e instituições religiosas e/ou filantrópicas, entre outros. Em todos os estágios o procedimento de avaliação dos estudantes é composto de *“quesitos relativos a habilidades, destrezas, atitudes, auto-avaliação e conhecimento técnico pertinente”*.

Relacionando os documentos da IES com a categoria de análise que enfoca o estímulo a pesquisas, encontramos no PPP evidências que comprovam a ambição em promover no graduando a *“capacidade de integrar grupos de pesquisa”*. O trabalho de conclusão de curso é previsto no currículo e se faz na forma de *“projeto de pesquisa”*, seguindo o modelo de monografia, com a necessidade de *“apresentação escrita para o orientador e um examinador externo”*.

Quanto à existência de incentivos a pesquisas nas ementas, é observado que diversas disciplinas estimulam a produção de seminários acompanhados de trabalhos escritos, além da produção de relatórios e trabalhos de campo, fornecendo subsídios para a produção científica ao longo de todo o currículo. Porém, é a partir do segundo semestre que os estudantes passam a ter maior contato com as práticas de *“estudos epidemiológicos de campo”*. No terceiro semestre, o estudante é apresentado aos procedimentos técnicos laboratoriais, permitindo *“realizar corretamente o procedimento de amostragem e identificar as principais metodologias de dosagem”* para trabalhos científicos. No quinto e sexto semestre, a *“leitura e discussão de textos científicos de temas atuais ou emergentes em nutrição”* complementam o estímulo a pesquisas e o *“desenvolvimento de habilidade na busca de informações técnico-científicas”*. Nos últimos semestres, com o acontecimento dos estágios curriculares e do trabalho de conclusão de curso, os estudantes interagem em atividades que permitem a *“leitura e discussão de textos científicos”*, visando, além dos objetivos já apontados para outras disciplinas, o maior conhecimento da nutrição e seu *“estado da arte”*. As recomendações de artigos científicos, livros sobre temas gerais e livros sobre metodologia científica são referenciados na bibliografia de diversas disciplinas.

#### **4. Discussão**

Mediante a necessidade de reorganização do sistema de saúde e das demandas geradas por essa ação, políticas públicas estão sendo desenvolvidas com o intuito de aprimorar o SUS, e assim, melhorar a qualidade de vida da população brasileira. Entretanto, apesar do Pró-Saúde interferir na formação de aproximadamente 97.000 estudantes<sup>26</sup>, percebe-se que sua abrangência é ainda é pequena quando relacionado aos cursos de graduação em nutrição ofertados no DF.

Ressalta-se que os documentos analisados não mencionam em momento algum a participação da IES no Pró-Saúde, impedindo a análise de sua efetividade junto ao curso. Assim também, não são descritas maiores integrações com os interesses da Política Nacional de Educação Permanente e com outros programas e políticas públicas os quais objetivam servir de substrato para transformações,

melhorando o desempenho de recursos humanos e contribuindo para o desenvolvimento de novas competências.

Em relação ao PPP ressalta-se a inexistência de pontos fundamentais para o entendimento do currículo proposto, sendo o principal comprovante o fato das disciplinas descritas no projeto não equivalerem às disciplinas descritas na página do curso na internet. A necessidade de atualização constante dos documentos do curso é fundamental para o equilíbrio entre a realidade e a idealidade descrita.

Apesar dos 29 anos de regulamentação junto ao MEC, a estruturação curricular do curso ainda necessita de adequações para se adaptar ao preconizado nas DCN, corroborando com o resultado de outros estudos que tratam da formação do nutricionista no Brasil. Porém, ressalta-se que a revisão da proposta curricular, ocorrida em 2006 e das justificativas oferecidas para tal, já demonstram que o departamento de nutrição da IES está ciente das revisões necessárias e já iniciou seu processo de reorientação curricular.

Conforme citam Banduk e colaboradores (2009), o nutricionista se encontra até os dias atuais na busca pela sua identidade profissional, pois mesmo contando com *“conquistas e avanços teóricos significativos, ainda há certa distância entre a teoria idealizada e a prática profissional”*. Ainda nesse estudo, uma revisão sobre os estudos desenvolvidos no decorrer da década de 1990 demonstra que esse resultado ocorre da *“necessidade de delimitação do espaço a ser ocupado pelo nutricionista no país”*, exigindo maior autonomia do profissional e sua inclusão na equipe multidisciplinar<sup>30</sup>.

A consolidação do nutricionista em equipes multiprofissionais, especialmente na Equipe de Saúde da Família, foi citada por Machado e colaboradores (2007)<sup>15</sup> como remota. Explica-se aí a importância do estudante de nutrição entrar em contato com os demais profissionais da saúde e da institucionalização da sua inserção em atividades desenvolvidas no SUS, já que a existência de experiências positivas sobre a inserção do nutricionista em equipes multiprofissionais está demonstrada, tanto na graduação como em residências e especializações<sup>30</sup>.

Discute-se então, a fragilidade com que o PPP analisado descreve a conexão entre os serviços da IES e os serviços do SUS, como também não relata como essas práticas em serviço servirão de referência e contra-referência para o serviço. A IES não descreve em quais disciplinas ou atividades a articulação ensino-serviço se dará e nem se existem programas, projetos ou convênios entre a instituição e alguns locais de práticas para facilitar e garantir essa articulação. Os cenários de práticas não são relatados e nem a forma de avaliação do estudante nessas atividades, sendo que tais informações constam nas ementas de algumas disciplinas, de forma isolada. Observa-se o fato do curso promover de forma pontual, apenas em

algumas disciplinas, o interesse pela abordagem interdisciplinar, sendo essa recomendada desde os semestres iniciais do curso.

A aproximação dos estudantes com a realidade da sociedade, no entanto, é descrita pela IES como uma abordagem metodológica que visa “*auxiliar na interpretação do processo saúde-doença*”, “*inserindo-os nos contextos psicológicos, sociais e econômicos*” em que vive a sociedade, o que demonstra estar em total consonância com o processo de reorientação curricular da graduação<sup>21</sup>. Como resultado dessas ações, a IES cita que tais atividades, adotadas em algumas disciplinas e nos estágios curriculares, “*favorecem a integração do estudante com os pacientes, com os nutricionistas e com a equipe interdisciplinar e multiprofissional de assistência à saúde*”. Ressalta-se, então, o objetivo da IES em promover a aprendizagem ativa e a discussão coletiva, possibilitando o treinamento em serviço, de forma a promover a atualização dos profissionais do serviço e a integração do estudante com a realidade do nutricionista.

Dentre vários aspectos relacionados com a estrutura curricular do curso analisado, ressalta-se o fato do estudante poder interferir no seu processo de formação, tendo maior autonomia sobre as disciplinas e estágios opcionais a serem cursados. Banduk e colaboradores (2009)<sup>30</sup>, ao citarem Vasconcelos (2002)<sup>31</sup>, enfatizam que os estudantes devem assumir “*papéis de sujeitos e protagonistas de seus processos de formação*”.

Pereira (2003)<sup>3</sup> ao tratar das práticas educativas em saúde cita que, apesar dos estudantes estarem inseridos em atividades que permitam a aproximação com a sociedade, as práticas educativas utilizadas não devem estar pautadas “*somente na utilização do raciocínio clínico, do diagnóstico, da prescrição de cuidados e da avaliação da terapêutica constituída*”, mas devem possibilitar o “*incremento de poder comunitário e pessoal*”, capacitando o indivíduo para atuar em prol da sua própria saúde. O uso da metodologia proposta por Paulo Freire é citada no trabalho de Pereira (2003), quando se destaca que “*o método de ensino se baseia na relação dialógica entre os atores da aprendizagem*”, sendo esse modelo educacional um importante aliado na busca pela promoção da saúde<sup>3</sup>. O uso da metodologia da problematização e do professor como facilitador não são especificamente descritas no PPP da IES, o que fragiliza sua estrutura curricular.

Os resultados encontrados sobre o perfil e as competências do graduando em nutrição do curso estão de acordo com o encontrado em estudos sobre o assunto e conforme o preconizado nas DCN. Destaca-se, conforme Pereira (2003)<sup>3</sup>, que “*na área da saúde é necessário integrar na formação de seus profissionais uma formação*



*humanística*”, sendo que a pessoa deve ser “o centro do pensamento médico” e não a especialidade.

Com a aproximação dos estudantes às práticas de “*estudos epidemiológicos de campo*”, e com o desenvolvimento de disciplinas que promovem a “*leitura e discussão de textos científicos*” a IES têm o intuito de “*despertar no aluno de graduação o interesse pela pesquisa científica e fornecer subsídios para melhorar o aproveitamento de trabalhos acadêmicos*”, além de “*estimular o senso crítico na leitura de artigos científicos*”. Quanto ao estímulo à pesquisas, não existem evidências que permitam afirmar a ocorrência de trabalhos científicos voltados especificamente ao fortalecimento do SUS e à atenção básica. Não se sabe também, se as pesquisas produzidas são voltadas às necessidades loco-regionais, conforme as recomendações, pois essa abordagem não é enfatizada em nenhum momento. A existência de bolsistas de iniciação científica não é mencionada, o que fragiliza a estrutura do currículo pesquisado, já que essa é uma recomendação que visa instigar a produção científica e o saber dos profissionais.

Finalizando, quanto ao PPP do curso em questão, percebe-se a fragilidade de informações essenciais para a adequação da matriz curricular proposta, impossibilitando sua análise mais profunda. Dessa forma, maiores informações sobre a participação de diferentes atores na formulação desse documento, incluindo a participação de profissionais do serviço, a estipulação de prazos para revisão e atualização do mesmo, a descrição sobre a forma como é realizada a articulação dos objetivos e das atividades da IES com as necessidades loco-regionais, o detalhamento das formas prioritárias de avaliação dos estudantes, dos docentes e do próprio curso, entre outras, são informações que devem ser revistas para fortalecer a integridade do documento, a qualidade do curso oferecido e, assim, o ensino da nutrição no DF.

Porém, devemos avaliar que tal dado pode ser amenizado quando consideramos o fato do curso ainda estar passando por adequações, conforme descrito pela coordenadora, e por isso sofrer ajustes periódicos, corroborando com Banduk e colaboradores (2009)<sup>30</sup>, que informam que “*os cursos, agora, atravessam um período de adequação, não estando integralmente implantadas as novas propostas*”.

## **5. Conclusão**

Ressalta-se que o PPP dos cursos é um documento público fundamental para o planejamento, execução, monitoramento e avaliação das políticas atinentes à reorientação da formação em saúde. O presente estudo ao reconhecer e analisar tal

documento aponta ainda o potencial de desenvolvimento de métodos de análise voltados a documentos desta natureza.

Considerando o contexto em que a nutrição é demonstrada no país, os problemas e agravos sobre as condições de saúde que se relacionam com a alimentação e com as recomendações sobre a revisão das estruturas curriculares nos cursos de graduação, conclui-se que os resultados observados no presente estudo são preocupantes. Verifica-se, assim, a necessidade de adequação da matriz curricular analisada, de forma a potencializar suas ações em direção ao descrito nas DCN e nos princípios do Pró-Saúde, assim como a necessidade da definição do perfil do nutricionista, possibilitando a maior autonomia do profissional de nutrição e sua inclusão na equipe multidisciplinar preconizada pelo SUS, a integração de diferentes conhecimentos sobre os fatores que determinam o processo saúde-doença e o aumento nas ações de promoção da saúde, seguidas da melhora da qualidade de vida da população.

Programas como o Pró-Saúde, que incita a reorientação da formação profissional, devem ser instituídos e estimulados em todos os níveis de aprendizado, visando envolver o maior número possível de estudantes da área da saúde, devendo gerar profissionais comprometidos com o serviço público e com a devida experiência para melhorar as condições de saúde da população.

Ao analisar as ementas do curso em questão percebe-se que a vinculação da disciplina ao SUS e às DCN ainda é dependente do interesse do docente, detectando-se em algumas disciplinas a priorização destes conhecimentos e em outras a ausência de abordagens. A constatação deste fato aponta para a necessidade de resgatar o papel de instrumento de gestão da formação em saúde atribuído ao PPP.

Desse modo, maior ênfase deve ser dada ao PPP, às ementas disciplinares e ao currículo dos cursos de nutrição, visando à descrição de ações que permitam os elementos que devem ser trabalhados durante todo o processo de formação e à aproximação com as recomendações das DCN. Além disso, a busca pelo alcance dos objetivos traçados e a definição de metas e procedimentos que facilitem o processo de reestruturação merecem destaque para a concretização da imagem-objetivo idealizada e para o fortalecimento da nutrição.

### **Referências Bibliográficas**

1. Buss PM. Promoção da saúde e qualidade de vida. Ciênc. Saúde Coletiva. 2000; 5(1): 163-77.

2. Dahlgren G, Withehead M. Polices and Strategies to Promote Social Equity in Health. Stockholm: Institute for Future Studies, 1991.
3. Pereira, ALF. As tendências pedagógicas e a prática educativa nas ciências da saúde. Cad. Saúde Pública [periódico na Internet]. 2003 [acesso 2009 set 27]; 19(5): 1527-34. Disponível em: <[http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2003000500031&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2003000500031&lng=en&nrm=iso)>. doi: 10.1590/S0102-311X2003000500031.
4. Segre M, Ferraz FC. O conceito de saúde. Revista de Saúde Pública. 1997; 31(5): 538-42.
5. BUSS & PELLEGRINI, 2008. Buss PM, Pellegrini Filho A. Determinantes Sociais da Saúde e Ação Intersectorial. Divulgação em saúde para o debate: 2008; (41): 9-22.
6. Arruda BKG. Alimentação e nutrição no Brasil: percepções do passado para transformação do presente. 1a. ed. Recife: Instituto Materno Infantil Professor Fernando Figueira - IMIP; 2008.
7. Andersen LF, Nes M, Sandstad B, Bjorneboe GE, Drevon CA. Dietary intake among Norwegian adolescents. European Journal of Clinical Nutrition. 1995; 49(8): 555-64.
8. Conti MA, Frutuoso MFP, Gambardella AMD. Excesso de peso e insatisfação corporal em adolescentes. Revista de Nutrição de Campinas [periódico na Internet]: 2005 Ago [acesso 2010 jan 02]; 18(4): 491-97. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-52732005000400005&lng=en>>. doi: 10.1590/S1415-52732005000400005.
9. Dietz WH. Childhood weight affects adult morbidity and mortality. The Journal of Nutrition. 1998; 128(2): 411s-414s.
10. Assembléia Geral das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Organização das Nações Unidas. 10 dez. 1948.
11. Brasil. Conferência Nacional de Vigilância Sanitária: Relatório Final. Brasília: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2001. 159p.
12. Ferreira VA, Magalhaes R. Nutrição e promoção da saúde: perspectivas atuais. Cad. Saúde Pública [periódico na Internet]: 2007 [acesso 2009 set 15]; 23(7): 1874-81. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2007000700187481&lng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2007000700187481&lng=en)>.

13. Vasconcelos FAG. O nutricionista no Brasil: uma análise histórica. Rev. Nutr. [periódico na Internet]. 2001 [acesso 2009 set 27]; 15(2): 127-138. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-52732002000200001&lng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732002000200001&lng=en)>. doi: 10.1590/S1415-52732002000200001.
14. Boehs AE, Monticelli M, Wosny AM, Heidemann IBS, Grisotti M. A interface necessária entre enfermagem, educação em saúde e o conceito de cultura. Texto Contexto Enferm. 2007; 16(2): 307-14.
15. Machado MFAS, Monteiro EMLM, Queiroz DT, Vieira NFC, Barroso MGT. Integralidade, formação de saúde, educação em saúde e as propostas do SUS: uma revisão conceitual. Ciênc. Saúde Coletiva [periódico na Internet]. 2007 [acesso 2009 set 27]; 12(2): 335-42. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232007000200009&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000200009&lng=pt&nrm=iso)>. doi: 10.1590/S1413-81232007000200009.
16. Haddad AE. A trajetória dos cursos de graduação na área da saúde: 1991-2004. 1a. ed. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; 2006.
17. Pasquim EM. Nutrição no Programa de Saúde da Família: Conhecimentos e Obstáculos entre Médicos, Enfermeiros e Agentes Comunitários de Saúde de Duas Cidades do Distrito Federal. Nutrição em Pauta. 2002; (55): 12-21.
18. Brasil, 1990. Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo. Brasília, DF, 20 set. 1990. Seção 1, p. 1.
19. Comissão Assessora para a Área de Nutrição do INEP. Percepção dos coordenadores de curso de Nutrição sobre o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE/2004). R. bras. Est. ped. 2009; 90(224): 149-59.
20. Pereira SM. Políticas de Estado e organização político-pedagógica da escola: entre o instituído e o instituinte. Ensaio: aval. pol. públ. Educ. 2008; 16(60): 337-58.
21. Brasil. Resolução CNE/CES n. 5, de 07 de novembro de 2001. Institui as Diretrizes Curriculares do curso de Graduação em Nutrição. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo. Brasília, DF, 9 nov. 2001. Seção 1, p. 39.
22. Amoretti R. A educação médica diante das necessidades sociais em Saúde. Revista Brasileira de Educação Médica. 2005; 29(2): 136-46.

23. Campos FE, Belisário SA. O Programa de Saúde da Família e os desafios para a formação profissional e a educação continuada. *Interface - Comunic., Saúde, Educ* [periódico na Internet]. 2001 [acesso 2009 dez 12]:133-42. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v5n9/09.pdf>>.
  
24. Motta JIJ, Buss P, Nunes TCM. Novos Desafios Educacionais para a Formação de Recursos Humanos em Saúde. In: Ministério da Saúde. *Cadernos de Texto Ver-SUS Brasil. Vivências e Estágios na Realidade do Sistema Único de Saúde do Brasil*. Brasília: Departamento de Gestão da Educação na Saúde, 2003. v.1.
  
25. Brasil, 2007. Portaria GM/MS n. 1.996, de 20 de agosto de 2007. Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente e dá outras providências. *Diário Oficial [da] União, Poder Executivo*. Brasília, DF, 22 ago. 2007. Seção 1, p. 34.
  
26. Brasil, 2007. Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde – Pró-Saúde: Objetivos, Implementação e Desenvolvimento Potencial / Ministério da Saúde, Ministério da Educação. – Brasília : Ministério da Saúde, 2007. 86 p.: il. – (Série C. Projetos, Programas e Relatórios).
  
27. Santos LAS, Silva MCM, Santos JM, Assunção MP, Portela ML, Soares MD, et. al. Projeto pedagógico do programa de graduação em Nutrição da Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia: uma proposta em construção. *Ver. Nutr.* 2005; 18(1): 105-17.
  
28. Brasil, 2007. Portaria SGTES/MS n. 7, de 27 de março de 2007. Homologa o resultado do processo de seleção dos Projetos que se candidataram ao Programa Nacional de Reorientação da Formação em Saúde – Pró-Saúde e dispõe sobre o prazo para apresentação de documentos e adequação dos Projetos. *Diário Oficial [da] União, Poder Executivo*. Brasília, DF, 1 abr. 2008. Seção 1, p. 365.
  
29. Pimentel A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. *Caderno de Pesquisa*. 2001; 114(1): 179-95.
  
30. Ministério da Saúde [homepage na internet]. Brasil; 2010 [acesso em 21 jan 2010]. Disponível em: <http://prosaude.org/not/prosaude-maio2009/proSaude.pdf>.
  
31. Banduk MLS, Ruiz-Moreno L, Batista NA. A construção da identidade profissional na graduação do nutricionista. *Interface – Comunic., Saúde, Educ.* jan./mar. 2009; 13(28): 111-20.
  
32. Vasconcelos CS. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad; 2002.